

Democracia e Autoritarismo no Brasil: relações entre o Executivo e o Legislativo em um contexto histórico de polarização ideológica (1933 e 1935).

THIAGO CAVALIERE MOURELLE*

Getúlio Vargas chegou ao poder através da auto-intitulada Revolução de 1930, que simbolicamente deu fim ao período a que se passou a chamar de República Velha ou Oligárquica.¹ Algum tempo depois, em 1933, o Brasil ensaiava o reinício da normalidade democrática que estava suspensa desde a conturbada saída de Washington Luís.

Mas a redemocratização não se daria de forma tranquila. Pelo contrário, foi um momento de intenso debate e de incansáveis articulações políticas que pode ser resumido no embate entre o presidente, apoiado pela bancada aliada, e os oposicionistas, dentro do Congresso Nacional.

Esse momento da História do Brasil, de ressurgimento do Congresso Nacional, é pouco explorado pela historiografia, que se preocupa mais com os movimentos sociais e manifestações que ocorriam nas ruas do nosso país. Sem deixar de lado esta perspectiva, é indispensável analisar como o clima político das ruas se configurava dentro do Legislativo da Nação.

Convém concordarmos com Castro: Vargas conduziu juridicamente a instalação da Constituinte. (CASTRO, 1980: 30 e 80). Quem está no governo tem o poder de decretar as condições do espaço político a ser democratizado. Nesse sentido, Vargas iniciou a abertura com os adversários políticos de 1930 no exílio, com o Partido Comunista do Brasil (PCB) na ilegalidade e diante da vigência da lei de censura à imprensa. É bom lembrar, inclusive, que o Governo também definiu os casos de inelegibilidade e criou o Regimento Interno da Constituinte: um sinal de interferência em tempos que deveriam celebrar a abertura de um novo período democrático na história do país.

* Doutorando em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

¹ Não nos cabe nesse artigo julgar a experiência democrática da República Velha. É público e notório problemas como o coronelismo, voto de cabresto, política dos governadores. Porém, é fato que a entrada de Vargas iniciou um governo de exceção, somente acenando com a normalidade democrática quase três anos depois.

Porém, o momento de instalação da Constituinte (SILVA, 1969) é um dos mais delicados de todo o governo Vargas, porque era o momento em que ele, de certa forma, se fragilizava, obrigando-se a abrir um espaço político democrático após quase três anos de ditadura. Desde as eleições para Constituinte, Vargas já experimentava as pressões do julgamento popular expresso pelo voto, algo inédito para ele desde que chegara à presidência.

As reivindicações dos marítimos, no dia 28 de outubro de 1933, e o de “diversas delegações trabalhistas”, um dia depois ², reforçam essas pressões populares, exigindo do governo uma nova regulamentação do decreto 20.465, sobre as Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs). No intuito de demonstrar iniciativa e evitar novas cobranças, Vargas encomendou prontamente ao Ministro do Trabalho – Joaquim Pedro Salgado Filho – a criação do código de trabalho, que foi apresentado à Constituinte no dia 17 de novembro, ou seja, na sua primeira semana de funcionamento.

Sabendo da grande intervenção praticada pelo Governo Federal, que já estava há meses preparando um anteprojeto ³ para apresentar à futura Constituinte, o *Jornal do Brasil* previa o “alto controle político” da União e temia pela “diminuição do poder dos estados” ⁴, antevendo a futura discussão entre federalismo e centralismo.

Getúlio Vargas seguiu o modelo já existente na Alemanha e criou a chamada bancada classista – a maior da Assembléia. Dizia-se um democrata que estava dando aos trabalhadores a oportunidade de participarem diretamente da criação da nova Carta do país. Porém, as regras para a eleição desses representantes atrelavam os mesmos à autoritária Lei de Sindicalização de 1931, ⁵ que proibia a organização de sindicatos autônomos e de seu envolvimento político.

² Biblioteca Nacional, *Jornal do Brasil*, 28/10/1933.

³ Participaram da criação do Anteprojeto José Américo, Assis Brasil, Afrânio de Melo Franco, João Mangabeira, Carlos Maximiliano, Antônio Carlos Andrada, Osvaldo Aranha, Temístocles Cavalcanti, Góis Monteiro, Castro Nunes, Artur Ribeiro, Oliveira Viana, Protógenes Guimarães, Antunes Maciel, e Solano Carneiro da Cunha. A maioria absoluta desses nomes fazia parte do corpo político que apoiava Vargas.

⁴ Biblioteca Nacional, *Jornal do Brasil*, 03/05/1933.

⁵ Decreto nº 19770. Entre vários dispositivos, a lei estabelecia que apenas as agremiações reconhecidas pelo governo poderiam ser beneficiadas pela legislação social. Além disso, caberia ao Ministério do Trabalho supervisionar a vida política e material dos sindicatos – uma clara intervenção ao direito dos trabalhadores de se organizarem de maneira autônoma.

Seitenfus afirma que a bancada classista “era defensora da política governamental e não dos interesses das corporações que supostamente ela representaria” (SEITENFUS, 1985: 43). Dulles vai além ao comentar que, na época, os deputados classistas chegaram e ser chamados de os “quarenta ladrões da soberania nacional”. (DULLES, 1967: 142). Até Alzira Amaral Peixoto, filha e secretária do presidente, disse que essa bancada “não aprovou”. Para ela, “devido à falta de maturidade das Organizações Sindicais, então ainda em período de formação e sujeitas, portanto, a certo paternalismo estatal”. (PEIXOTO, 1960: 84)

Em 4 de novembro de 1933, o *Jornal do Brasil* comparava o autoritarismo de Vargas ao de Washington Luís: “(...) o ex-presidente impunha discricionariamente sua vontade; já o atual, hábil, espera que lhe peçam a palavra de ordem. No fim, o resultado é o mesmo.”⁶

Os deputados favoráveis a Vargas, uma coalizão de representantes “da maioria dos estados periféricos, dos delegados ‘classistas’ e dos representantes minoritários dos estados mais importantes opuseram-se aos esforços feitos por São Paulo, Minas e Rio Grande do Sul de limitar o poder do governo central”. (LEVINE, 2001: 66)

Articulando sua manutenção no cargo antes mesmo de qualquer debate parlamentar, Vargas tentou em janeiro de 1934 um golpe visando antecipar a eleição presidencial para antes da criação da nova Constituição⁷ (VARGAS, 1995, Vol. 1: 248). A oposição e parte da situação rechaçaram tal idéia e, como contragolpe, Henrique Dodsworth chegou a propor deixar de lado o anteprojeto do governo, substituindo-o pela Constituição de 1891, que sofreria as alterações necessárias – conforme a proposta inicial dos paulistas.⁸

A bancada paulista, prontamente, respondeu às manobras do governo (GOMES, 1980: 298 e 299), dando início a um intenso debate sobre a possível substituição do regime presidencialista pelo parlamentarista.⁹

Atacado por grande parte da imprensa, Vargas articulou uma aproximação com a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) através de seu presidente, Herbert Moses. O

⁶ Biblioteca Nacional, *Jornal do Brasil*, 04/11/1933.

⁷ Biblioteca Nacional, *Jornal do Brasil*, 09/01/1934.

⁸ Biblioteca Nacional, *Jornal do Brasil*, 16/01/1934.

⁹ Biblioteca Nacional, *Jornal do Brasil*, 18/01/1934.

presidente prometeu a revogação da Lei de Imprensa de 31 de outubro de 1923 e a criação de uma nova, que desse mais liberdade aos jornalistas. Mas tal atitude não encontrou a resposta esperada. Jornais continuaram a atacar o autoritarismo do presidente¹⁰ e alguns parlamentares, em busca de espaço na mídia, se lançaram como panfletários da liberdade dos jornais.¹¹

Em fevereiro de 1934, o *Jornal do Brasil* resumiu a opinião da imprensa ao afirmar que “o aparelho policial da censura” era “dispendioso e inútil” e “não se coaduna com o espírito liberal do momento”.¹² Um mês depois foi preso o jornalista gaúcho Passos Maia, crítico fervoroso de Vargas, sob a acusação de participar de planos subversivos.¹³ Dezenas de páginas seriam necessárias para que pudessem ser apresentados todos os pormenores dessa conturbada relação entre o presidente e os jornalistas.¹⁴

Percebe-se que embora as eleições para a Constituinte tenham sido vitoriosas para o presidente e a maioria de seus interventores (SILVA, 1969), a oposição incomodava e atrapalhava. Até a bancada governista, que votava a favor dos desejos do presidente, fazia uma série de exigências que deixavam Vargas furioso.¹⁵ Em fevereiro de 1934, o presidente já tinha ciência sobre a formação de um bloco oposicionista, em favor da candidatura de Góis Monteiro ou de Osvaldo Aranha para a presidência.

O presidente revelou, em 20 de março, que os generais Manoel Rabelo e Góis Monteiro estariam de acordo para dar um golpe de Estado e dissolver a Constituinte, a fim de manter Vargas e voltar ao plano político do Governo Provisório. Ele respondeu dizendo que iria “examinar o caso” e que sua estratégia seria, por enquanto, procurar “melhorar o projeto em discussão” na Assembléia Nacional Constituinte (ANC)

¹⁰ Biblioteca Nacional, *O Globo*, 31/01/1934.

¹¹ O constituinte mineiro Otávio Campos de Amaral, embora governista, apontou o que chamou de “falhas do serviço da censura, com tratamentos desiguais quer quanto aos jornais, quer quanto às autoridades que são poupadas ou atacadas pela imprensa”. Biblioteca Nacional, *Jornal do Brasil*, 01/02/1934.

¹² Biblioteca Nacional, *Jornal do Brasil*, 06/02/1934.

¹³ Biblioteca Nacional, *Jornal do Brasil*, 16/03/1934.

¹⁴ Além dos problemas com o *Jornal do Brasil* e com *O Globo*, Vargas, em seu diário, desferiu críticas ao *Correio da Manhã* (p. 320), ao jornal *A Nação* (p. 438), entre outros. O problema com a imprensa chega a ponto de surgir a necessidade da articulação de um acordo com o jornalista Macedo Soares para a defesa do governo na imprensa. Getúlio Vargas. Diário. Volume 1 (1930-1936).

¹⁵ Getúlio Vargas. Diário. Volume 1 (1930-1936), p. 421. Nessa passagem, o presidente reclama incisivamente dos “privilégios e vantagens” exigidos pelos deputados.

(VARGAS, 1995, Vol. 1: 279). Porém, dias depois, o presidente concluiu que “os trabalhos da Constituinte não estão causando boa impressão” (VARGAS, 1995, Vol. 1: 280). Os eventuais fracassos do governo no debate parlamentar eram acompanhados de um discurso que ameaçava “o uso das Forças Armadas contra os conspiradores” com o fim de “manter a ordem”.¹⁶

Pela primeira vez, em abril de 1934, uma atmosfera política insustentável surgiu quando Góis Monteiro, Daltro Filho, Cordeiro de Farias e Osvaldo Aranha procuraram o presidente e informaram que sua candidatura à presidência causaria “perigo de derramamento de sangue caso ele insistisse” (VARGAS, 1995, Vol. 1: 285). Porém, a cisão das duas bancadas oposicionistas mais fortes, a de São Paulo e a de Minas Gerais¹⁷, acabaram por aliviar o ambiente político do momento.

Insatisfeitos com a provável permanência de Vargas, grupos da oposição trataram de manter a batalha por meio da criação de dispositivos constitucionais que reduzissem o poder do presidente. Dessa forma, em fins de maio de 1934, acabou aprovada mais autonomia para os sindicatos e a anistia irrestrita (SILVA, 1969: 40 a 49) para os exilados políticos.¹⁸

Mesmo depois de todas as medidas autoritárias do Governo no intuito de influenciar a Constituinte, Vargas ainda reclamaria do resultado final (PEIXOTO, 1960: 101 e 102), afirmando que “com a Constituição que está para ser votada, talvez seja preferível que outro governe. Não tenho dúvidas das dificuldades que vou enfrentar” (VARGAS, 1995: 302).

No final dos trabalhos da Constituinte um novo golpe foi desferido contra o poderio varguista: a Constituinte revogou um decreto de Vargas que obrigava o uso da ortografia da Academia Brasileira de Letras. Tal atitude violou o acordo estabelecido pelo presidente com o governo português e provocou uma intensa discussão. A

¹⁶ Biblioteca Nacional, *Jornal do Brasil*, 23/03/1934 e 29/04/1934. Nessas duas datas aparece o mesmo discurso. No dia 03/05/1934, foi a vez do Ministro da Justiça, Antunes Maciel, também ameaçar o uso do exército contra os tais “conspiradores”. É mais um exemplo do autoritarismo varguista e da clara intenção do uso da força a fim de se manter no poder e dar continuidade ao seu projeto político, sem dar margens aos questionamentos comuns à política parlamentar democrática.

¹⁷ A articulação em torno da criação do Partido Constitucionalista de São Paulo, capitaneada pelo interventor Armando Salles Oliveira, acabou gerando uma cisão que enfraqueceu a oposição paulista. Um mês depois a política interna do estado de Minas também efervesceu, desviando também essa bancada da ANC para os assuntos estaduais. Biblioteca Nacional, *Jornal do Brasil*, 05/04/1934 e 02/05/1934.

¹⁸ Votações que ocorreram, respectivamente, em 26 e 27 de maio de 1934.

Assembléia Nacional Constituinte optou pela simpatia da opinião pública, já que a maioria dos estudantes e educadores era a favor da manutenção da escrita estabelecida desde 1891. Tal fato causou grande mal estar e irritou profundamente o presidente do país.¹⁹

Assim que promulgada a Carta, Seitenfus interpreta que Vargas começou a dar sinais de que iria ignorá-la. (SEITENFUS, 1985: 67 e 68)²⁰. Já Hélio Silva comenta que o presidente pretendia ser o primeiro a revisar a nova Constituição (SILVA, 1969: 563). Nos primeiros dias de vigência constitucional democrática eclodiram três greves: dos marítimos, dos bancários e escreventes de cartório. Ainda em setembro de 1934 os telegrafistas se uniram às paralisações e os ferroviários ameaçaram fazer o mesmo. Nessa atmosfera, o presidente tornou a reclamar dos limites à sua ação impostos pela nova Carta: “(...) parece-me que ela será mais um entrave do que uma fórmula de ação” (VARGAS, 1995, Vol.1: 306).

O *Diário de Notícias*, em agosto do mesmo ano, já previa que “com a volta dos exilados [políticos], aumentará a exaltação de ânimos no Rio Grande do Sul”.²¹ Alguns dias depois a Câmara aprovou em última instância a volta dos exilados (SILVA, 1969: 40), sem as restrições tentadas por Vargas, e no dia seguinte já desembarcava Artur Bernardes, presidente do Partido Republicano Mineiro, chegado da Europa.²² Com o retorno dos exilados, começaram as cogitações em torno da formação de um partido nacional de oposição, sob a liderança de Bernardes, Epitácio Pessoa, Altino Arantes e Borges de Medeiros. Este último finalmente abandonou o Recife – onde fora obrigado a residir, distante de seu estado de origem, o Rio Grande do Sul – e, a exemplo de

¹⁹ Os periódicos da época, sem exceção, trazem quase cotidianamente uma intensa discussão a respeito da nova ortografia. A ênfase recai sobre a pressão exercida pela maioria dos educadores e até por estudantes a fim de se manter a ortografia do momento e evitar mudanças. Até os deputados governistas preferiam quase sempre atender à opinião pública e obter simpatias, mesmo que para isso passassem por cima de um acordo diplomático estudado e assinado pelo presidente e pelo Ministério da Educação. Sobre a “questão ortográfica”, ver Barros, Orlando. “O anarquista das letras”. In: DEMINICIS Rafael; REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). *História do Anarquismo no Brasil*. 1 v. Niterói / Rio de Janeiro, EdUFF / Mauad, 2006.

²⁰ Ver também: Frischauer, P. Vargas, um portrait sans retouches, p. 315.

²¹ Biblioteca Nacional, *Jornal do Brasil*, 07/08/1934.

²² Biblioteca Nacional, *Jornal do Brasil*, 12/08/1934.

Bernardes, retornou ao centro da política nacional. Em visita à capital da República, foi recebido com festas e saudações pela corrente oposicionista.²³

As cogitações se solidificaram em 29 de agosto, com o lançamento do manifesto do novo Partido Nacional Revisionista, oficialmente sob a liderança de Pessoa, Borges e Bernardes. Em tom de revanche, a nota dizia que Vargas “excluiu da Assembléia Nacional, que havia de eleger o presidente, os seus adversários mais notórios, suspendendo-lhes os direitos políticos (...), ofendendo gravemente a soberania da nação”.²⁴

Não bastassem as articulações da oposição, a efervescência política do mês de agosto de 1934 se completou com a crise entre os aliados. O general Daltro Filho, líder do exército da 2ª região, foi demitido depois de Vargas ter sido alertado pelo interventor paulista Armando Salles de que o militar preparava um golpe para assumir a interventoria paulista e trabalhar pela deposição do presidente em prol do general Góis Monteiro.²⁵

Vargas, contrariado, continuava a criticar a Constituição, realçando as “dificuldades que terá o governo para dirigir o país com o código elaborado” e nomeando-a “monstruosa”. (VARGAS, 1995, Vol. 1: 304, 310, 319 e 320). Sua secretária particular e filha, Alzira do Amaral Peixoto, concordou com o pai e afirmou que a nova Carta “amarraria as mãos” do presidente (PEIXOTO, 1960: 102)

Em 10 de outubro começou a vigorar a nova Lei de Imprensa (SILVA, 1969: 105), o que abriu ainda mais espaço para a oposição. Borges de Medeiros exclamou veementemente e em primeira página que “essa ditadura, incapaz e reacionária, só poderá viver pela força e governar pela violência”.²⁶ O líder gaúcho se aproveitava do momento em que vários interventores do norte-nordeste, regiões em que Vargas contava com apoio maciço (PANDOLFI, 1980: 343), recebiam acusações de arbitrariedades, tais como censura a jornais, boicote a candidaturas oposicionistas e prisões de inimigos pessoais.²⁷

²³ Biblioteca Nacional, *Jornal do Brasil*, 16 e 22/08/1934.

²⁴ Biblioteca Nacional, *Jornal do Brasil*, 29/08/1934.

²⁵ Biblioteca Nacional, *Jornal do Brasil*, 21/08/1934.

²⁶ Biblioteca Nacional, *Jornal do Brasil*, 03/10/1934.

²⁷ São inúmeras as reportagens sobre tais fatos. Um apanhado geral se encontra no dia 09/10. Biblioteca Nacional, *Jornal do Brasil*, 09/10/1934.

Outra questão essencial para se compreender o crescimento da tendência golpista de Getúlio foi a votação do orçamento para o ano de 1935. Além do cerceamento de sua ação política ocasionada pela necessidade de obedecer à nova Constituição, Vargas agora tinha que enfrentar restrições econômicas.

A imprensa, em 18 de novembro, noticiou uma das raras mensagens que o presidente enviara ao Congresso “solicitando, quase que num brado de desespero, autorização para praticar todas as operações de crédito, necessárias para cobrir o déficit e regularizar a situação do Tesouro”. Referia-se a um déficit que, segundo o governo, com os novos gastos poderia chegar a 269 mil contos de réis.²⁸ Vargas afirmou que os gastos previstos não deixavam recursos suficientes para o pagamento da dívida externa e, em 13 de dezembro, vetou o novo orçamento, causando muitos protestos no Congresso.²⁹

No dia 30 de dezembro de 1934, silenciosamente, foi fundado o “Conselho de Segurança Nacional”, com Vargas presidindo o grupo que contava com todos os seus ministros e a alta cúpula militar.³⁰ O ano de 1935 começava sob a ocorrência de novas greves – dos marítimos e dos Correios e Telégrafos³¹ – e articulações governistas para a aprovação da recém redigida Lei de Segurança Nacional (LSN).

O *Diário da Noite* tinha temores em relação a LSN: “se torna necessário muito cuidado para evitar que, visando contornar os futuros perigos, se corte fundo demais nas garantias que a democracia liberal oferece (...)”.³² Já o *Jornal do Brasil*, em 20 de janeiro, fez ferozes críticas à iniciativa governamental ao dizer que a LSN “(...) não limita campo, nem meio de ação. (...) Proíbe taxativamente greves (...); acaba com a inviolabilidade do lar; permite à autoridade fixar a residência do cidadão; restringe a liberdade de imprensa, bem como a de cátedra”³³.

Mas pressões da oposição não tiveram efeito sobre o sentido geral da lei e, em 20 de março de 1935 ela foi aprovada em segundo turno, com somente pequenas

²⁸ É importante que em 1934 ainda eram sentidos os efeitos da crise de 1929. Biblioteca Nacional, *Jornal do Brasil*, 18/11/1934.

²⁹ Biblioteca Nacional, *Jornal do Brasil*, 13/12/1934.

³⁰ Biblioteca Nacional, *Jornal do Brasil*, 30/12/1934.

³¹ Biblioteca Nacional, *Jornal do Brasil*, 04/01/1935.

³² Biblioteca Nacional, *Diário da Noite*, 19/01/1935.

³³ Biblioteca Nacional, *Jornal do Brasil*, 20/01/1935.

modificações.³⁴ Carone estranha que a lei tenha sido discutida e aprovada “em tempo recorde” e reafirma os esforços do governo em colocá-la em vigor rapidamente para intensificar a repressão (CARONE, 1975: 103).

É fundamental perceber que a Lei de Segurança Nacional passou a vigorar no momento em que as assembleias estaduais ainda começavam a tomar posse, após a demorada apuração do pleito que ocorrera em outubro de 1934. Ou seja, o sistema democrático codificado pela nova Constituição, em julho de 1933, não estava plenamente assentado e já levava um duro golpe com a aprovação da lei que fortalecia absurdamente o Executivo.

E ao mesmo tempo em que se discutia a Lei de Segurança, Vargas lidava com outro grave problema: a proposta de reajustamento dos salários dos militares. Desde o início da votação do orçamento, o presidente sofria pressões dos militares em prol de um significativo reajuste no vencimento deles. Tais pressões partiam de diversos postos hierárquicos da corporação, inclusive dos generais. Por sua vez, Vargas afirmava que o aumento cresceria o rombo do orçamento em mais 300 contos de réis, afundando o déficit que já estava alto.

Em fevereiro de 1935, a situação se complicou: o ministro da Marinha, Protógenes Guimarães, procurou o presidente com a denúncia de que um levante militar ocorreria sob o pretexto de impedir a LSN e a hipertrofia do Executivo, mas que o real motivo seria a negativa na questão dos salários. O problema dos vencimentos acabou levando a uma outra crise que findou com a permanência de Góis no Ministério da Guerra.³⁵

São vários os registros do presidente sobre uma possível inconfidência nas Forças Armadas (VARGAS, 1995, Vol. 1: 357, 362, 363, 364, entre outras). No início de abril de 1935, Vargas chegou a receber ameaças diretas, como a do General João

³⁴ Biblioteca Nacional, *Jornal do Brasil*, 20/03/1935.

³⁵ Oficiais da cidade de Cachoeira do Sul, situada no Rio Grande do Sul, interpelaram Góis Monteiro sobre o projeto de aumento do soldo dos militares, que há muito transitava no congresso sem uma definição. Góis Monteiro imediatamente puniu esses oficiais. Flores da Cunha, governador gaúcho e importante articulador político da época, aproveitou essa situação para insuflar os militares a pressionar o governo federal pela demissão de Góis Monteiro do cargo de Ministro da Guerra. Diante de tal situação, Góis Monteiro entregou o cargo em 7 de maio de 1935. Daí em diante as relações entre o ex-Ministro da Guerra e o governador gaúcho, que já eram ruins, pioraram de maneira definitiva. Para mais informações, ver: *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*, CPDOC - FGV, verbete Flores da Cunha.

Guedes da Fontoura, que condicionou a manutenção da ordem no país à aprovação do reajustamento (VARGAS, 1995, Vol. 1: 375). Preocupado, Getúlio Vargas dividia seu temor em duas frentes: observava com atenção o crescimento da oposição parlamentar, ao afirmar que “o resultado da luta política nos estados criava situações delicadas pela quase equivalência das forças”; e criticava os militares, concluindo que o “Exército está fundamente trabalhado por um espírito de indisciplina impressionante” (VARGAS, 1995, Vol. 1: 365 e 385).

Nesse contexto, a aprovação da Lei de Segurança Nacional foi fundamental para que Vargas não somente aumentasse o controle sobre as manifestações populares, os jornalistas e o parlamento, mas também para ameaçar de punição os militares, já que a nova lei destinava alguns artigos exclusivamente para o “extremismo” dentro das Forças Armadas.³⁶

E as consequências da LSN foram imediatas. Já em meados de abril de 1935 a alta cúpula das Forças Armadas se reuniu com Vargas para estabelecer novas diretrizes na dita luta contra os extremismos e, em maio, Felinto Muller já tratava de se colocar em ação, fechando o jornal *A Pátria*, acusado de subversão.³⁷ No dia 28 de junho Muller impediu uma reunião de operários e, em 6 de julho, prendeu dezenas de trabalhadores durante reuniões sindicais – provocando o protesto veemente dos sindicatos, com destaque para a nota lançada pelos bancários aos jornais reclamando que estava sendo “desrespeitado o direito sindical”.³⁸

Em 14 de maio de 1935 Vargas aprovou, finalmente, o aumento dos militares mesmo sendo contrário, manobrando para acabar com as resistências nas Forças Armadas e assim poder contar com o apoio de seus ministros militares no endurecimento que estava por vir.

A oposição, diante da nova realidade, se reuniu e traçou estratégias, sob o comando do deputado Otávio Mangabeira.³⁹ Em 3 de julho, foi obtida uma grande vitória com a rejeição do veto do presidente a um dispendioso projeto de combate à seca

³⁶ “A LSN teve como um dos seus principais objetivos combater o extremismo dentro das Forças Armadas (...), o comunismo dentro das fileiras do Exército”. Biblioteca Nacional, *Jornal do Brasil*, 05/04/1935.

³⁷ Biblioteca Nacional, *Jornal do Brasil*, 05/05/1935.

³⁸ Biblioteca Nacional, *Jornal do Brasil*, 28/06/1935 e 06/07/1935.

³⁹ Biblioteca Nacional, *Jornal do Brasil*, 03 e 10/05/1935.

do nordeste. Nesse contexto, em 7 de julho, assumiu sua cadeira no parlamento o agora deputado Borges de Medeiros, segundo colocado nas eleições presidenciais e um dos ícones da oposição, se juntando a Sampaio Corrêa, Mangabeira e Bernardes na frente anti-Vargas.

Ainda em julho o governo fechou a Aliança Nacional Libertadora (ANL), para alegria de Vargas, que a repugnava,⁴⁰ e para crítica da oposição, que pediu ao governo provas documentais de que a ANL significava uma ameaça e cobrou o porquê do mesmo procedimento não ser adotado em relação à Ação Integralista Brasileira.⁴¹

Nesse ínterim, em seu diário, Vargas aumentou as críticas à Câmara, à Constituição e ao rumo dos acontecimentos políticos, concluindo ter sido “precipitada a volta do país ao regime constitucional” (VARGAS, 1995, Vol. 1: 416).

De julho a novembro de 1935 ocorreu o paulatino crescimento da oposição, decorrente principalmente da presença de Borges de Medeiros, que discursava semanalmente criticando e acusando o governo. Vargas se preocupava cada vez mais com a política parlamentar e, através das informações recebidas pelo Departamento Especial de Segurança Política e Social (DESPS) (PACHECO, 2009), percebia que o momento político conturbado poderia ser aproveitado para a eclosão de um movimento armado para derrubá-lo.⁴²

Em 21 de agosto, o presidente afirmou que “a tendência do desperdício vem exatamente do Legislativo, para favorecer a clientela local”. Em seguida, Vargas fez uma ode ao período ditatorial, dizendo que “o primeiro ano da ditadura, 1931, foi um

⁴⁰ Em seu diário, Vargas criticou inúmeras vezes a ANL. Só para citar as críticas imediatamente anteriores ao fechamento: em 17/06, chama a ANL de “movimento comunista disfarçado”; em 22/06, diz que a ANL tem um “plano comunista para a América do Sul”; e salienta a vontade de combatê-la nos dias 1º, 3, 4 e 7 de julho.

⁴¹ Requerimento enviado ao governo pelo deputado Domingos Velasco, pedindo explicações.

⁴² É imprescindível ressaltar a grande importância da DESPS. O Departamento Especial de Segurança Política e Social era dividido em três setores: o de informação, o de averiguação e o de eliminação. O primeiro colhia informações sobre os investigados, o segundo verificava a veracidade das mesmas e o terceiro agia a fim de prender o envolvido, fechar a agremiação possivelmente subversiva ou quaisquer outras ações com o fim de solucionar o problema. Dentre os relatórios observados pelo DESPS há praticamente a mesma quantidade de averiguações em relação aos integralistas e comunistas, o que prova que, embora Vargas se preocupasse mais com os “vermelhos”, o DESPS espionava – era exatamente essa a palavra usada nos relatórios – os dois grupos com igual preocupação. Para mais informação sobre a ação da DESPS no período de 1934 e 1935 e, principalmente, durante o Estado Novo, ver: PACHECO, Thiago da Silva. “Os agentes da DESPS e sua atuação no Estado Novo”. *IV Semana de História Política / I Seminário Nacional de História: Política e Cultura & Política e Sociedade. Anais*. Programa de Pós Graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2009.

ano de rigorosa economia (...). Esse golpe nos abusos e despesas precisaria de pelo menos três anos para alcançar os resultados. Infelizmente, não foi possível (...)” (VARGAS, 1995, Vol. 1: 416).

E a crise política se mantinha. Após uma sucessão de enfrentamentos com o governador gaúcho Flores da Cunha, o presidente se irritou com a pressão exercida pelo governador na política nacional, principalmente no caso da sucessão fluminense⁴³, o que culminou com o rompimento entre os dois (VARGAS, 1995, Vol. 1: 435 e 444). Este fato foi anunciado com grande destaque pela imprensa.⁴⁴ O governador gaúcho chegou a chamar Vargas de “terceiro imperador” (LEVINE, 2001: 67) e se tornou um desafeto incômodo.

Ao longo de novembro de 1935, a oposição crescia e acreditava contar com mais de 100 votos certos nas próximas votações parlamentares. Os discursos nas plenárias questionavam a capacidade de Vargas em resolver os problemas urgentes da nação e Flores da Cunha procurava já iniciar os debates em torno da próxima sucessão presidencial.

A oposição obteve vitórias ao aprovar uma série de medidas orçamentárias que aumentavam os gastos para 1936, levando Vargas a vetar “diversas disposições do orçamento, causando desconforto inclusive entre os aliados”.⁴⁵ Vargas se defendeu dizendo que “a irresponsabilidade e os interesses regionais” agravavam o déficit. Disse inclusive que queria vetar outras disposições e que não o fez para “não perturbar mais o exame do orçamento”, mas que tinha “o pensamento reservado de não executar” (VARGAS, 1995, Vol. 1: 438).

O deputado Raul Fernandes, líder do governo na Câmara, em 23 de novembro reconheceu sua falha em manter concisa a frente governista e se afastou da liderança da bancada, dando lugar ao deputado Pedro Aleixo. No dia seguinte a oposição fez um duro ataque: o deputado Otávio Mangabeira discursou dizendo que a crise pedia “um

⁴³ Cristóvão Barcellos e Protógenes Guimarães disputaram a eleição indireta para o governo do estado do Rio de Janeiro, em 1935. O segundo foi eleito, em 25 de setembro de 1935, mas Barcellos e seus aliados não aceitaram a derrota e tumultuaram o legislativo fluminense, acarretando uma crise que só se resolveu em novembro, quando a vitória de Guimarães foi ratificada. Flores da Cunha apoiou Barcellos, irritando o presidente Getúlio Vargas, partidário da manutenção da vitória de Protógenes Guimarães. Para mais informações, ver: Biblioteca Nacional, *Jornal do Brasil*, de setembro a novembro de 1935.

⁴⁴ Biblioteca Nacional, *Jornal do Brasil*, 21/11/1935.

⁴⁵ Biblioteca Nacional, *Jornal do Brasil*, 14/11/1935.

nome novo que agregue maioria e minoria” e que com “Getúlio Vargas, nada se poderá fazer. Ele não desperta mais esperanças. O Brasil não suporta dois quadriênios de um mesmo homem”.⁴⁶

Desde o segundo semestre de 1934 os confrontos políticos já haviam entrado em processo de radicalização alimentados sobretudo pela formação da Aliança Nacional Libertadora e pelo crescimento da Ação Integralista Brasileira (TRINDADE, 1979; ARAÚJO, 1988). A resistência ao enquadramento sindical continuou forte em estados como São Paulo e a repressão policial dirigida especialmente aos sindicatos livres aumentava, demonstrando a efervescência do clima político da época. Gomes confirma que a violência dos enfrentamentos políticos não diminuía durante o governo constitucional; muito ao contrário, “ampliou-se e aprofundou-se mais envolvendo militares, interventores federais, parlamentares, ministros e militantes de direita e de esquerda” (GOMES, 1980: 37).

Nessa atmosfera, a Intentona Comunista apareceu como uma tábua de salvação para o presidente. Levine é duro com os militantes de esquerda ao analisar esse período. Segundo ele, os eventos de novembro de 1935 “ilustram a penosa ingenuidade da esquerda latino-americana durante esses anos, uma condição que resultou na prisão ou morte de milhares de simpatizantes que seguiam ordens ou foram surpreendidos pelos acontecimentos”. O brasilianista define a Intentona como “uma insurreição malfadada e quixotesca, a qual deu a Vargas o pretexto para impor a lei marcial”. (LEVINE, 2001: 49 e 70).

José Nilo Tavares acrescenta que em 1935 a tomada do poder pela esquerda “não era uma ameaça factível” e que os integralistas tinham “muito mais condições” de conseguirem tal objetivo (TAVARES, 1991: 77).

Vargas sabia tanto da ocorrência do levante como também que, embora organizada, a Aliança não tinha condições de obter uma vitória nacional. O presidente fora avisado do movimento na capital pelo prefeito Pedro Ernesto⁴⁷ e tinha informações

⁴⁶ Biblioteca Nacional, *Jornal do Brasil*, 24/11/1935.

⁴⁷ Carta de Pedro Ernesto ao presidente da República, anexa aos autos do processo enfrentado pelo prefeito. CPDOC – FGV, Arquivo Pedro Ernesto. Na carta, Pedro Ernesto se defendia das acusações de ser comunista afirmando ter sondado os comunistas no intuito de espioná-los e informar ao presidente dos planos insurrecionais. Tal afirmação foi confirmada pelo ex-ministro Antunes Maciel e pelo então tenente-coronel Zenóbio da Costa. CPDOC - FGV, Arquivo Pedro Ernesto, rolo 1, fot. 596 e 597.

detalhadas provenientes do DESPS (PACHECO, 2009). Talvez o único detalhe que lhe faltava era o dia exato de deflagração do evento. Ele tinha plena consciência de que a ocorrência do evento fortaleceria o Executivo. Já no dia 27 de novembro, após os levantes em Natal e no Recife, Vargas comentava que deputados e senadores foram prestar solidariedade a ele, dando-lhe “a impressão de que o prestígio do governo havia crescido”. (VARGAS, 1995, Vol. 1: 447).

O governo e seus aliados passaram a adotar um discurso unitário lançando à sociedade o medo da ocorrência de um novo levante armado liderado por comunistas. O Ministro da Guerra, João Gomes, reclamou que a Constituição atrapalhava a punição e protegia os revoltosos (SILVA, 1970: 88).

Esse medo invadiu também o Legislativo, que temia não a deflagração de um novo movimento, mas a perseguição do governo caso se negasse a apoiar as medidas punitivas. Aproveitando-se do momento, Vargas afirmou que “só seria possível punir os responsáveis pela Intentona suspendendo parcialmente os efeitos da Constituição”, já que ela “não permite várias medidas aconselhadas” para o momento (VARGAS, 1995, Vol.1: 449).

Góis Monteiro chegou a propor, mais uma vez, um golpe de Estado (SILVA, 1970: 92). Porém, satisfeito com os acontecimentos, Vargas preferiu manter seu governo sob a fachada do regime democrático (VARGAS, 1995, Vol.1: 450), embora a reforma da LSN tenha estabelecido, de fato, o aumento do autoritarismo. A vitória folgada na votação da reforma dessa lei, em 18 de dezembro, assegurou a Vargas a possibilidade de punir mais severamente militares e civis, inclusive com a demissão de seus respectivos empregos.

Para Edgard Carone o “jogo do governo era levar a repressão a um impasse, ressaltando a necessidade de medidas legislativas que o tornasse livre para agir”. Dessa forma, obteve a reforma da LSN “sem estudo ou discussão” da mesma (CARONE, 1975: 110 e 112).

O presidente obteve a equiparação do Estado de Sítio ao Estado de Guerra e a prorrogação deste por 90 dias, com a alternativa de renovações intermináveis por igual período.⁴⁸ A crise política foi esquecida e o Legislativo, a partir de dezembro de 1935,

⁴⁸ Biblioteca Nacional, *Diário de Notícias*, 21/12/1935.

se limitou a discutir assuntos que não prejudicassem ou interferissem a política de repressão.

Depois do levante da Aliança Nacional Libertadora, Vargas sondou as Forças Armadas por intermédio do ministro Macedo Soares e obteve dele a certeza da “impressionante uniformidade de opinião: quase todos contrários à democracia liberal” (MCCANN, 2007: 432). Tinha assim o apoio almejado para o recrudescimento do autoritarismo no país.

As esperanças democráticas então tiveram fim e os inimigos do governo foram novamente presos ou obrigados a deixar o país ⁴⁹. “Vargas usou as insurreições para encerrar de vez a Constituição de 1934 e acabar com qualquer possibilidade de exercício da democracia representativa” (LEVINE, 2001: 70).

Robert Levine reforça a vitória do autoritarismo sobre a democracia embrionária, afirmando que, a partir de novembro de 1935, “Vargas governou por decreto. O poder do Congresso era quase nulo, e não havia um judiciário independente.” (LEVINE, 2001: 67). Já Gomes encurta o período democrático para meses antes, ao afirmar que a Constituição “praticamente deixou de existir com a aprovação pelo Congresso, em abril, da LSN.” (GOMES, 1980: 37)

A oposição parlamentar, frágil, ainda ousou ser “o único grupo legal que ousava denunciar o rumo totalitário de Vargas” (CARONE, 1975: 112), contanto inclusive com a simpatia dos comunistas, que passaram a ver o Congresso Nacional como o “último respiradouro da opinião nacional” (CARONE, 1975: 255).

Curiosamente foi durante a experiência democrática, entre 1933 e 1935, que Vargas conseguiu criar os mecanismos para permanecer no poder durante muitos anos mais: aprovou a LSN, a ampliou o Estado de Sítio e equipou este ao Estado de Guerra.

Mais curioso ainda é perceber que, segundo McCann, a Constituinte havia lutado para manter na Carta de 1934 uma cláusula que dava aos militares a possibilidade de desobedecer ao presidente caso julgassem haver alguma ilegalidade em seu governo. A

⁴⁹ A partir de dezembro de 1935 Vargas aumentou a perseguição aos comunistas. Dezenas de pessoas foram perseguidas e acusadas de participação nos levantes de novembro. Foi o momento certo para que o governo calasse a oposição e afastasse os adversários políticos. Sobre o início dessa perseguição, ver: Biblioteca Nacional, *Jornal do Brasil*, dezembro de 1935 e janeiro de 1936. Para detalhes sobre os resultados políticos da “Intentona”, ver Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro, CPDOC – FGV, verbete “Revolta Comunista de 1935”. Para informações sobre os processos que foram instalados contra os supostos participantes desse evento, ver Arquivo Nacional, fundo Tribunal de Segurança Nacional.

intenção seria ter os militares como um aliado do Legislativo contra a hipertrofia do Executivo (MCCANN, 2007: 427). Mas justamente os militares se tornaram o principal apoio ao aumento do autoritarismo, a partir de dezembro de 1935, e posteriormente ao golpe de 1937.

Uma ditadura reconhecida pela historiografia, o Estado Novo foi um desdobramento do período entre 1935 e 1937. O hiato, de 1933 a 1935, foi um momento em que foi ensaiada uma normalidade democrática no Brasil, mas que não obteve êxito.

Fontes:

Arquivo Nacional

Fundo Tribunal de Segurança Nacional

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) / Fundação Getúlio Vargas (FGV)

Arquivo Pedro Ernesto

Biblioteca Nacional – Setor de Periódicos.

Microfilmes dos seguintes periódicos:

A Nação

Correio da Manhã

O Globo

Jornal do Brasil

Diário da Noite

Diário de Notícias

Senado Federal

Legislação via Internet: www.senado.gov.br

Congresso Nacional

Legislação via Internet: www.camara.gov.br

Bibliografia:

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Totalitarismo e Revolução: o integralismo de Plínio Salgado*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

BARROS, Orlando de. “O anarquista das letras”. In: DEMINICIS, Rafael; REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). *História do Anarquismo no Brasil*. 1 v. Niterói / Rio de Janeiro, EdUFF / Mauad, 2006.

BOMENY, Helena Maria Bousquet. “A estratégia da conciliação: Minas Gerais e a abertura política dos anos 30”. In: GOMES, Ângela Maria de Castro. (coord.) *Regionalismo e Centralização nos Anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1989.

CARONE, Edgard. *Revoluções do Brasil Contemporâneo*. 2ª ed. São Paulo: Difel, 1975.

CASTRO, Maria Helena de Magalhães. “O Rio Grande do Sul no pós-1930: de protagonista a coadjuvante”. In: GOMES, Ângela Maria de Castro. (coord.) *Regionalismo e Centralização nos Anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

DICIONÁRIO HISTÓRICO BIOGRÁFICO BRASILEIRO. CPDOC – FGV.

DULLES, John W. F. *Anarquistas e comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1973.

_____. *Getúlio Vargas. Biografia Política*. Rio de Janeiro: Renes, 1967.

GOMES, Ângela Maria de Castro. (coord.) *Regionalismo e Centralização nos Anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

LEVINE, R. M. *Pai dos pobres? O Brasil e a Era Vargas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

McCANN, Frank D. *Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro 1889- 1937*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

PACHECO, Thiago da Silva. “Os agentes da DESPS e sua atuação no Estado Novo”. *IV Semana de História Política / I Seminário Nacional de História: Política e Cultura & Política e Sociedade. Anais*. Programa de Pós Graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2009.

PANDOLFI, Dulce Chaves. “A trajetória do Norte: uma tentativa de ascenso político”. In: GOMES, Ângela Maria de Castro. (coord.) *Regionalismo e Centralização nos Anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral. *Getúlio Vargas, meu pai*. Rio Grande do Sul: Editora Globo, 1960.

SEITENFUS, Ricardo A. Silva. *O Brasil de Getúlio Vargas e a Formação dos Blocos: 1930-1942*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1985.

SILVA, Hélio. *1934 – A Constituinte*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

TAVARES, José Nilo. “Getúlio Vargas e o Estado Novo”. In: SILVA, José Luiz Werneck da. *O Feixe e o Prisma: uma revisão do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

TRINDADE, Hégio. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. São Paulo: Difel, 1979.

VARGAS, Getúlio. *Diário*. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1995. 2 vol.